

Sancho

O resultado do concurso e que tinham concluídas vinte e nove
municípios,

E não dá mais havendo a tratar de se por em execução a
sessão de que se lavrou a presente acta que vai por mim ser
assinada 2º Secretário e pelo Presidente da Assembleia
Municipal:

Francisco José Fete, Marques Lucas

António José B. B. B.

Acta nº 26 - 1983

Aos vinte e cinco dias do Mês de Novembro de mil novecentos e
oitenta e três, pelas vinte e uma horas, no Salão da casa do
Povo de Seda, reuniu a Assembleia Municipal, para a sua reunião
sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- informações

2- informação do Senhor Presidente da Câmara, acerca da
actividade Municipal;3- Apreciação e votação do Relatório e contas da Câmara
de 1982;4- Apreciação e votação das propostas apresentadas pela
Câmara Sedi:

4-1- Venda de terrenos para Quintais em Seda - Rua do Bojo;

4-2 - Venda de 4 Habitações em Seda - Bº da Tapada da Marfardão;

4-3 - Aquisição de terrenos para futura instalação do parque
de Feira, Parque Industrial e Louros.

Na abertura da sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal
saudou a população de Seda presente e fez votos para que a
rotatividade do local das reuniões da Assembleia Municipal
condições para uma maior aproximação entre as organizações autárquicas
e as populações que os desfrutam, tendo ainda referido a possibilidade
de ao fim da reunião os elementos da população presentes
poderem intervir, de acordo com o estipulado no número 3
do artigo 22 do Regulamento da Assembleia Municipal.

Feita a chamada dos membros da Assembleia verificou-se
que faltaram apenas o Senhor José Marques Carlos Castro,
que justifica a falta. Aprobada a existência de

que se iniciou - se a reunião com a leitura da acta da sessão anterior, que foi aprovada por unanimidade.

Antes da ordem do dia o Senhor deputado Municipal Manuel Jaspes Ribeiro apresentou por escrito a sua posição sobre os vários pontos da ordem de trabalhos, para na altura devida ser tomada em consideração. Ainda neste período o Senhor deputado Municipal João Vitor Martins Buxo levantou o problema dos alunos do ciclo preparatório não terem fornecimento de almoço na escola e andarem a comer, juntos recreios, saídas. Na sua intervenção referiu-se também ao problema da cobrança dos recibos da E. D. P., que não é feita mensalmente, chegando-se a acumular a cobrança de três meses. Sugeriu que este problema fosse levado à Assembleia Municipal:

Passou-se então para o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que se iniciou com a informação do Senhor Presidente da Assembleia, sobre o encontro havido com o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Educação sobre a criação de um novo edifício escolar em Azeitão do Litoral, e em que participaram este preparado, o Senhor Presidente da Câmara e dos membros do Conselho Directivo da escola preparatória de Azeitão do Litoral. Depois de discussões e de encontro informal o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o Senhor Secretário de Estado adjunto o compromisso de propor que no próximo ano leccionasse já o ensino unificado oficial na escola do ciclo preparatório. Subseguinte em seguida o Senhor deputado Municipal Nélson Cabral, que informou que o problema das refeições do ciclo preparatório, levou a ver com o senhor de refeições do Ministério da Educação, dando o Senhor João Vitor Buxo sugeriu que a Mesa da Assembleia Municipal se informasse do que se passava relativamente a este problema. Relativamente à questão dos recibos da E. D. P., ficou em acordo que a Assembleia deveria fazer a, ouvidaria para que solicitasse à E. D. P. a resolução do problema. Ainda no período das informações intervieram os

conclusão

Seus Honrosos Deputados, Francisco Lourenço e António José Vazirinho Borech, tendo-se referido o primeiro Secretário à necessidade de resolução das cobranças aos recibos da R. D. P., e o segundo recordou que foi o primeiro chamado da Assembleia a levantar o problema das cobranças acumuladas e aprovou para recordar uma questão ainda não resolvida e que já desde levantado há muito tempo, a necessidade de recursos mas para fins dos autarcas da Pedreira Nacional. O Senhor Mendes citando referiu-se em seguida à situação dramática vivida por algumas populações com as etnias, dando preferência se o Sr. Deputado pensava tomar algumas medidas de apoio aos afectados. Em resposta a esta questão o Senhor Presidente da Câmara disse que tinha conhecimento que os esenheiros do concelho já estavam a fazer as finanças e que por isso achava que não se deviam tomar iniciativas que pusessem em causa essa actividade.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Deputado Municipal Viriato Mendes ultrapassou o limite de faltas injustificadas e que por isso iria accionar os mecanismos legais para a depreciação de parte do mandato. Ainda neste período foi lido um parágrafo de informação do Senhor Deputado Municipal Mendes que se traduziu por:

Sobretudo a quem de direito e com conhecimento de causa, se pudere mencionar desta Assembleia ou outros responsáveis pelos domínios da Câmara Municipal, se dispuserem informar o seguinte:

Uma vez que o carácter básico que levou a que as reuniões desta Assembleia se tornassem indispensáveis à sua realização para as reuniões, no intuito ou pelo menos devido - ia ser para informar o maior número possível de Municípios sobre as mais diversas matérias e problemas com que se debrava para normal funcionamento da Câmara Municipal, órgãos do Município e outros, estaria nessa base que fosse lido e com conhecimento tão exacto quanto possível

possíveis dos custos inerentes para o efeito, leem assim como
das receber despesas com vereadores, deputados e outros
responsáveis em exercício. Na lei para serem que casos
há em que em só elemento auferir em destituições ou
outras, busca do triplo que normalmente auferir nem
trabalhados geral de quem tanto se fala, mas afinal
apenas e só este é consequentemente suscitado e tratado,
exatamente pela sua posição a que circunstâncias variam
a tal o local. Neste tempo verifica-se um detalhe aproxima-
mento numérico e não só, o que mais se vê se torna
quando se trata de seres humanos por determinadas forças
poderias de domínio político - por dizer o:
Pode pensar de estabelecimento mercenário do presidente da
Assembleia, os seguintes estabelecimentos. No que lhe diz a
respeito, tinha abdicado de todas as ajudas de custo a
que tinha direito em favor da câmara e realmente a
transportes a algumas vezes a diversas localidades ou assentos
de trabalho da que tinha direito. Estabeleceu que para a fim
estas situações era a câmara que suportava os custos dos
transportes com as suas despesas conforme previsto na lei,
então nem sempre indicasse as despesas que efectuava o
serviço da câmara, nomeadamente transportes, despesas,
sedes e de, que suportava a sua custo. Deferiu ainda que
conteria concomitantemente o que se passava com o Senhor
Vereador José Carita, que tinha também prescindido das
ajudas de custo a que tinha direito e que naturalmente,
recebia, mas em todas as situações, o subsídio de
transporte correspondente às despesas que efectuava. O
Senhor Ilustre Gaspar Afonso estabeleceu que a apresentação a
questão por considerar que era este o local ideal para
se estabelecerem estes assentos e não no café onde se
têm surtido insinuações várias. O Senhor Presidente
da Câmara disse que na próxima reunião ordinária
podrá trazer memórias e factos, se for essa a
vontade da Assembleia, sobre o assunto em discussão.

Camelo

O Senhor Aires acabou de dizer que o Senhor Nilton no juízo de informações fez insinuações que não se parecem e por isso pediu-lhe que fosse o espectador e estara no que pedira. Aproximou também para referir que se admirava muito com a fé do Senhor Nilton estar a fora preocupado com os trabalhos a fazer, o que nunca tinha acontecido até ao momento, mesmo nas situações em que era necessário tomar posição a favor destes.

Passou-se depois para o segundo ponto de ordem de trabalhos, sendo o Senhor Presidente da Câmara dádo as seguintes informações: Foi feito um concurso para a construção de uma estação elevatória; foi aberto concurso para a construção do campo de T. D. C. D. e para o pavimento do sumo do edifício; a Câmara session o concurso com o Engenheiro Civil, por este se ter afastado do serviço; foi assegurado um concurso com o arquitecto Sousa Lima de apoio à Câmara, que emprega a deslocação até à Câmara duas vezes por mês, está a fazer-se diligências para que a secretaria de Estado de Habitação reanubria a Câmara de Justiça feitos com as infra-estruturas dos Bairros de Fumo de Tomundo. Foi adquirida uma de duas casas para um refúgio mat. por 950.000\$80, o que é considerado uma boa aquisição para a Câmara, sendo em avanço o seu estado e os custos de uma máquina nova; foram feitos contactos com a Câmara de Coimbra e fizemos um for para a formação de uma Associação Nomenclada, pensa-se na hipótese de um contrato referir-se à situação da variável do município oficial e à audiência com o Secretário de Estado, já anteriormente referida pelo Presidente da Assembleia Municipal a Câmara ofereceu para o J. A. S. E. dando informações sobre a situação dos alunos de Artes e Arteses sem transportes para a Associação do ciclo, o teatro e escola familiar. Deu-se a resposta sido a resolução do problema; o Plano de actividades e o orçamento succediam-se e conciliados sendo as verbas atribuídas ao conceito aumentadas apenas em 8%. Seguiu-se um período de juízo de informações

Vendo o Senhor deputado Manuel Isaac falando e esclarecendo sobre o concurso para preenchimento de assistentes na secretaria, relacionados com a utilização do Decréto nacional. Disse concretamente que os concorrentes não foram avisados de que era esse o Decréto no concurso. O Senhor Presidente da Câmara disse que isso aconteceu porque era o único Decréto utilizado na Câmara, disse ainda que houve a preocupação de máximas isenção no concurso tendo-se mesmo escolhido várias máquinas de diferentes repartições públicas do concelho, para utilização no concurso.

O Senhor João Vides veio perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se o orçamental de abastecimento de água do concelho já era suficiente ou não, ao que lhe foi respondido que sim. Perguntou ainda qual tinha sido realmente o preço da rede de abastecimento e se a mesma tinha sido ou não reparada à custa da Câmara. No âmbito desta questão o Senhor Meires voltou a perguntar a que firma tinha sido comprada a máquina e em que estado estava a mesma, visto que segundo informações que lhe tinham sido dadas por um mercado da Câmara de Arronches, esta já proprietária da máquina, a mesma estava em muito mau estado. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o custo da máquina tinha sido de 950.000 \$, e a reparação a que a mesma foi submetida, custou poucos contos. Disse ainda que a compra da máquina foi decidida pela Câmara e não por ele individualmente.

O Senhor deputado Municipal José Eduardo Monteiro, levantou o problema de necessidade de melhorar a sinalização para trânsito em diversos locais, tendo referido concretamente, que ainda recentemente foi vítima de acidente por insuficiência de sinalização. O Senhor Meires voltou a referir-se à necessidade de abrir novo concurso para preenchimento da vaga deixada pela rescisão do contrato com o Engenheiro civil. O Senhor Presidente da Assembleia, questionou o Senhor Presidente

Sandoz

da Câmara sobre o seguinte. Posição da Câmara face à massidade legal da Assembleia se pronunciar e aprovar o julgamento de utilidade do auto-censo; explicação para a continuação da Praça de Jurem de Toponimeia da Avenida 25 de Abril; feitos com a exposição sobre APTs e o reassentamento. O Senhor Presidente da Câmara em resposta às questões feitas referiu: a Câmara unirá o julgamento à Assembleia para apreciação e votação; relativamente à Praça Toponimeia da Avenida 25 de Abril, reconhece haver esquecimento da sua parte, mas irá resolver o problema o mais rapidamente possível, irá ser aberto concurso para o projectamento de luvas de defesa civil; relativamente aos feitos com a exposição, na próxima reunião da Assembleia apresentá-los-á. O Senhor Francisco Gonçalves leu o A.D.P.A.E. e a capacitação da Câmara relativamente à exposição sobre APTs e o reassentamento. Lendo-se depois ao 3º ponto de ordem de Orde. Pto. Sendo o Presidente da Assembleia Municipal lido alguns esclarecimentos sobre o relatório, que lhe foram dados pelo Senhor Presidente e Vereadores presentes. Terminada a apreciação do relatório, foi o mesmo posto à votação, sendo aprovado com o seguinte resultado: CINCO VOTOS A FAVOR, ZERO VOTOS CONTRA E DEZASSETE ABSTENÇÕES. O Senhor Jaspas Níreu fez declaração de voto que a seguir se transcreve: MODULO da ABSTENÇÃO:

DESCONHEÇO factos provavelmente insusados que em contabilidade são possíveis. POR EXEMPLO:

Podia-se-ão eventualmente encontrar despesas devidamente documentadas, só que tais documentos não correspondem ou sequer representam a realidade. Logo tal, ocupada ao Tribunal de contas analisá-los tal como se apresentam.

Na minha qualidade só com um conhecimento pífio das mais diversas situações, me encontraria devedor dos contenciosos em posição de chamar uma aditua etara, a sua e dar justiça quando possível.

O Senhor Fernando Soares interveio para discordar desta

declaração de voto por este voto insumações não objectivadas e pouco claras.

Passou-se depois para o ponto 4, apreciação e votação das propostas apresentadas pela Câmara Sobri:

- 4-1 - Venda de terrenos para Quintais em Seixas - Rua do Póco;
- 4-2 - Venda de 4 habitações em Seixas - B. da Tapada da Marfália;
- 4-3 - Aquisição de terrenos para futura instalação do parque de Feira, Parque Industrial e outros:

Após terem sido esclarecidas algumas questões relacionadas com as propostas, entre as quais a que se refere se transcorreu por ter sido apresentada por escrito, foram as mesmas votadas, tendo sido os resultados os seguintes:

- PRIMEIRA PROPOSTA 4-1 - Venda de terrenos para Quintais em Seixas - Rua do Póco: APROVADA por unanimidade. Segunda proposta do 4-2 - Venda de 4 habitações em Seixas - B. da Tapada da Marfália; aprovada por unanimidade, (aprovada por unanimidade) após ter tido a terceira proposta aprovada com o seguinte resultado: cinco votos a favor, UM VOTO CONTRA e Quinze ABSTENÇÕES.

Tomada mais tarde a decisão de se fazer encerrar a sessão de que se lavrou a presente acta que vai por mim ser assinada, o Secretário e pelo Presidente da Assembleia Municipal:

Françiso José Soares Soares Secretário
António José Soares Presidente

ACTA Nº 27 - 1983.

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e oitenta e três, pelas vinte e nove horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, em Alentejo do Alentejo, reuniu-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 - Apreciação e votação do Plano de actividades e orçamento para o ano de 1984
- 3 - Apreciação e votação das propostas apresentadas pela Câmara Sobri:
 - 3-1 - Criação dos serviços de 'Vaduas e Ofertas' e admissão de